**ACERVO DE TODOS OS INSTRUMENTOS LEGAIS DO CCP DA OCDE ADERIDOS PELO BRASIL (23.12.2020)**

Em 18 de dezembro de 2020, o Brasil, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, concluiu adesão a todas as normativas de proteção do consumidor do Comitê de Políticas do Consumidor (CCP - *Committee on Consumer Policy*) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos próximos meses, terá início o processo de sua implementação.

O “Acquis” ou Acervo Legal do Comitê de Políticas do Consumidor na matéria aderido na integridade pelo Brasil é constituído por 6 Recomendações e uma Declaração Ministerial, que seguem abaixo:

* **Recommendation on Cross-Border Co-operation in the Enforcement of Laws against Spam** – adesão em 2018. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0344>.
* **Recommendation on Consumer Protection in E-commerce** – adesão em 2018. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0422>.
* **Recommendation on Consumer Product Safety** – adesão simultânea em 17 julho de 2020. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0459>.
* **Recommendation of the Council Concerning Guidelines for Protecting Consumers from Fraudulent and Deceptive Commercial Practices across Borders** – adesão em 18 de dezembro de 2020. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0317>.
* **Recommendation of the Council on Consumer Dispute Resolution and Redress** – adesão em 18 de dezembro de 2020. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0459>.
* **Recommendation of the Council on Consumer Policy Decision Making** – adesão em 18 de dezembro de 2020. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0403>.
* **Ministerial Declaration on Consumer Protection in the Context of Electronic Commerce** – adesão em 18 de dezembro de 2020. Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0299>.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS ADERIDOS (ORDEM CRONOLÓGICA):**

**OECD/LEGAL/0299 – 1998 MINISTERIAL DECLARATION ON CONSUMER PROTECTION IN THE CONTEXT OF ELECTRONIC COMMERCE**

Tema: Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico (E-commerce)

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0299>.

O instrumento menciona a necessidade de transparência e efetivo nível de proteção ao consumidor nas transações digitais, por meio das seguintes medidas:

* revisar e adaptar leis e práticas para o comércio eletrônico (*e-commerce),*
* apoiar a criação de mecanismos eficazes de autorregulação,
* encorajar o desenvolvimento da tecnologia, aplicar medidas de educação de usuários para que tomem decisões informadas, bem como aumentar a conscientização das empresas sobre medidas de proteção ao consumidor, e
* por fim, aumentar a conscientização de órgãos judiciais visando cooperação internacional e combate às práticas fraudentas e abusivas.

Os países declararam seu intuito de desenvolver parâmetros para aumentar a confiança do consumidor nas relações comerciais eletrônicas, bem como para aumentar o desenvolvimento do e-commerce no cenário global.

## OECD/LEGAL/0317 – 2003 RECOMMENDATION OF THE COUNCIL CONCERNING GUIDELINES FOR PROTECTING CONSUMERS FROM FRAUDULENT AND DECEPTIVE COMMERCIAL PRACTICES ACROSS BORDERS

### Tema: Proteção de Consumidores contra Prática Comerciais Fraudulentas e Enganosas Transfronteiriças

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0317>.

A Recomendação determina que as agências de proteção ao consumidor dos países membros cooperem entre si ao implementar leis para coibir a prática de fraude de consumo ou práticas comerciais enganosas.

 Também, recomenda que os países membros desenvolvam uma estrutura para que a cooperação entre as agências aconteça de forma mais célere, próxima e eficiente. Deve-se, portanto:

1. estabelecer um sistema no direito interno para o combate às práticas comerciais mencionadas;
2. aprimorar o sistema de notificações, o compartilhamento de informações e a assistência investigativa;
3. melhorar a proteção de consumidores nacionais em mercados estrangeiros e a proteção de estrangeiros no mercado nacional;
4. avaliar como garantir a efetiva reparação de danos aos consumidores atingidos pela prática de fraude e atos comerciais fraudulentos; e
5. cooperar com entidades privadas.

No anexo – que é um detalhamento da Recomendação e sua parte integrante –, são apresentadas diretrizes para proteção dos consumidores contra práticas comerciais fraudulentas ou enganosas, em especial nas transações *Business-to-Consumer* (*B2C*). Essas diretrizes são voltadas em primeiro momento aos órgãos públicos nacionais, definidos por cada país membro, com autoridade para execução das medidas para a proteção dos consumidores.

Portanto, para combater as práticas transfronteiriças fraudulentas e enganosas, os países devem introduzir e manter agências, leis, instituições, práticas e iniciativas conjuntas para limitar as práticas comerciais tratadas na Recomendação. Para isso, é necessário:

(1) a implementação de medidas efetivas em “forma e nível adequados” para coibir a ação das empresas fraudulentas;

(2) instaurar mecanismos efetivos para investigar, preservar, obter e compartilhar informações e evidências importantes; e

(3) instaurar mecanismos para deter empresas que utilizam essas práticas e reparar os danos sofridos pelos consumidores atingidos.

**OECD/LEGAL/0344 - 2006 RECOMMENDATION ON CROSS-BORDER CO-OPERATION IN THE ENFORCEMENT OF LAWS AGAINST SPAM**

Tema: Cooperação Transfronteiriça para a Eficácia de Leis contra o Spam

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0344>.

Em 2006 o Conselho da OECD aprovou essa Recomendação sobre a Cooperação Transfronteiriça para a Eficácia de Leis contra o *Spam*. Parte-se do princípio que a recepção de *spam* tende a minar a confiança do consumidor nos meios eletrônicos, inclusive pela disseminação de vírus e relação com práticas fraudulentas. Reconhece-se, ainda, a natureza internacional do problema e, consequentemente, a necessidade de cooperação transfronteiriça para seu enfrentamento.

Dessa forma, a Recomendação abarca os seguintes pontos:

(a) O estabelecimento de um quadro normativo e institucional nacional,

(b) A melhora das capacidades nacionais de cooperação,

(c) A melhora dos procedimentos de cooperação e

(d) A cooperação com entidades setoriais relevantes.

Segundo o OECD Anti-Spam Toolkit, cada país tem o seu entendimento sobre a definição de *spam,* entretanto identificou-se características comuns dentre essas definições, quais sejam:

- “Mensagem eletrônica: os *spans* são enviados eletronicamente. Apesar de o e-mail ser o meio mais comum, outros canais também são utilizados para enviar *spans*, como através do celular por SMS e MMS, chamadas telefônicas automáticas, entre outros.

- Mensagens de origem oculta ou falsa: mensagens de spam geralmente são enviadas de modo a disfarçar a identidade do emitente utilizando informações falsas no cabeçalho. Os *spammers* tendem a utilizar servidores de e-mail não autorizados de terceiros.

- Spam não apresenta um endereço válido e funcional para o qual os destinatários podem enviar mensagens optando por não receber mais mensagens não solicitadas.

- Conteúdo ilegal ou ofensivo: o spam é frequentemente um veículo para envio de conteúdo fraudulento ou enganoso, vírus etc. Outros *spams* incluem conteúdo adulto ou ofensivo, que pode ser ilegal em alguns países, principalmente se for enviado a menores.

- Utilização de endereços sem o consentimento do proprietário: os *spammers* geralmente usam endereços de e-mail que foram coletados sem o consentimento explícito do proprietário. Isso geralmente é feito por meio de programas de software que reúnem endereços da Web ou criam endereços de e-mail (*harvesting and dictionary attacks*).

- Em massa e repetitiva: as mensagens de spam geralmente são enviadas em massa de maneira indiscriminada, sem nenhum conhecimento sobre o destinatário que não seja o seu endereço de e-mail”.

**OECD/LEGAL/0356 - 2007 RECOMMENDATION OF THE COUNCIL ON CONSUMER DISPUTE RESOLUTION AND REDRESS**

Tema: Mecanismos de Resolução de Disputas de Consumo e Reparação

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0459>.

A presente recomendação de 2007 dispõe sobre mecanismos para os consumidores visando a resolução de disputas e reparação por danos econômicos causados em transações *B2C* de bens e serviços, incluindo transações transfronteiriças, reconhecendo que o conflito deve tentar ser resolvido pelas partes antes da intervenção de terceiro.

No que tange à terminologia da Recomendação, seguem as seguintes definições:

* “resolução de disputas” é o uso de mecanismos que permitem que o consumidor que tenha sofrido danos econômicos de transações envolvendo bens ou serviços tenham a possibilidade de resolver seus problemas e requerer reparação.
* “reparação” é a compensação econômica pelo dano sofrido, tanto em pecúnia quanto por obrigações de fazer (condutas restaurativas), como a troca de um bem ou serviço.
* “dano econômico”: a efetiva perda de dinheiro em razão de alguma violação da lei em face do consumidor.
* “autoridade de implementação da defesa do consumidor” é o órgão público nacional determinado por cada país membro para aplicar medidas que coíbam práticas comerciais fraudulentas, enganosas ou injustas e que tenham o poder de conduzir investigações e conduzir procedimentos de implementação de medidas.
* “consumidores desfavorecidos ou vulneráveis” entende-se que são aqueles com alguma característica ou circunstância pessoal excepcional que possam enfrentar dificuldades para requer reparação e iniciar procedimentos de resolução de disputas.

Os membros devem rever as políticas de resolução de disputas e reparação existentes, a fim de fornecer o uso fácil, tempestivo e efetivo dessas medidas. Devem ainda fornecer soluções que enderecem especificamente a diversidade de problemas que possam surgir de reclamações consumeristas e deve focar na facilidade de obtenção ou facilitação de reparação monetária.

O Conselho estipulou três categorias, complementares e mutuamente aplicáveis, para que os países membros forneçam aos consumidores mecanismos de reparação e resolução de disputas previstas em cada uma das categorias, sendo elas: mecanismos para ação individual dos consumidores, mecanismos para ação coletiva dos consumidores e mecanismos para que as autoridades de implementação da defesa do consumidor garantam a reparação ao consumidor.

No que tange a disputas transfronteiriças, é necessário aumentar a efetividade de aplicação das medidas. Deve-se ter como objetivo (1) promover informações claras para os consumidores e organizações de consumidores quanto a resolução de disputa e reparação em âmbito judicial e extrajudicial; (2) participar de redes de contatos nacionais e internacionais; (3) aumentar a conscientização dos participantes do sistema de justiça conforme às necessidades de consumidores estrangeiros afetados; (4) encorajar o uso de novas tecnologias; (5) diminuir barreiras de acesso para requerentes estrangeiros; (5) incentivar acordos bilaterais e multilaterais para melhorar a cooperação judicial internacional na recuperação de ativos estrangeiros e na execução de sentenças.

**OECD/LEGAL/0403 - 2014 RECOMMENDATION OF THE COUNCIL ON CONSUMER POLICY DECISION MAKING**

Tema: Desenvolvimento e implementação de processos de tomada de decisões

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0403>.

A Recomendação sugere o desenvolvimento e implementação de processo para tomada de decisões em matéria de políticas públicas de consumo, com as seguintes especificações:

1. “definir a natureza e a fonte de um problema, designar uma autoridade específica para analisar e endereçar o problema e considerar possíveis conflitos com atuais políticas públicas causados em razão da solução encontrada para o problema”;
2. “avaliar a natureza e magnitude dos danos causados ao consumidor, incluindo o número e tipo de consumidores que possam ser afetados, bem como a forma em que foram prejudicados”;
3. “determinar se uma ação é justificada, analisando o nível em que o consumidor foi afetado, os impactos desproporcionais em relação a algum tipo de consumidor, a duração prevista do prejuízo e as prováveis consequências de não tomar decisões’;
4. “firmar objetivos para a política pública que sejam compatíveis com as metas gerais de políticas para o consumidor, a fim de reduzir ou eliminar os prejuízos que possam afetar o comprador. Ainda, recomenda identificar as opções para utilização de um ou mais instrumentos de políticas públicas voltadas ao consumidor para atingir os objetivos escalados” e considerar medidas que outros atores possam tomar;
5. “avaliar as opções para determinar a política a ser aplicada da forma mais apropriada e com melhor custo-benefício”;
6. desenvolver um processo de revisão e avaliação das medidas adotadas, a fim de avaliar periodicamente a política utilizada e sua efetividade.

Além dos pontos apresentados, o Conselho recomenda a aplicação das políticas públicas em todos os níveis de governo voltadas à resolução de problemas consumeristas locais, nacionais e internacionais. Ainda, aconselha utilizar o processo de tomada de decisões de políticas públicas consumeristas para ajudar na estipulação de quais violações à lei consumerista estão sujeitas à atuação dos órgãos de proteção dos consumidores e quais meios podem ser empregados para tanto.

Ademais, a recomendação sugere o engajamento de diversos *stakeholders* a fim de obter informações, consultorias técnicas e opiniões sobre as questões abordadas.

Embora esse seja um modelo bastante geral e flexível, há alguns aspectos que podem ser ressaltados. A metodologia proposta aponta para uma sistemática de *estruturação concentrada das políticas de consumo e proteção de consumidores*. Ao expressar o entendimento que a identificação e caracterização dos problemas sejam feitos por uma autoridade que, em seguida, analisa a natureza do problema, a pertinência das políticas, os conjuntos de ações pautados por juízos de eficiência e custo-benefício, além de processar a crítica das políticas mediante avaliação e revisão. Ademais, o documento da OCDE *Consumer Policy Toolkit* traz orientações sobre a implementação de normas, como a análise de instrumentos políticos pode podem ser utilizados pelo governo, dentre outras informações relevantes para a implantação.

**OECD/LEGAL/0422 – 2016 (REVISED) RECOMMENDATION ON CONSUMER PROTECTION IN E-COMMERCE**

Tema: Consolidação de princípios e normas para a Proteção do Consumidor no E-commerce

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0422>.

A recomendação aplica-se às relações de e-commerce *B2C*, incluindo práticas que facilitem as relações C2C e relacionadas às transações financeiras e não financeiras, sendo divida em 3 principais tópicos:

1. Princípios gerais, que abrange os subtópicos: proteção transparente e efetiva, práticas justas de negócio, publicidade e marketing, disposição de informações on-line, processo de confirmação da compra, pagamento, resolução de conflitos e reparação, privacidade e segurança e educação, conscientização e competência digital.
2. Implementação dos princípios
3. Princípios de cooperação global

Dessa forma, a Recomendação detalha e consolida os princípios e normas contidos na Declaração Ministerial sobre a proteção do consumidor no comércio eletrônico.

1. Princípios gerais

 De acordo com os princípios gerais, os consumidores no *e-commerce* devem receber proteção transparente e efetiva, assim como nas outras formas de comércio. Prevê também que o governo e *stakeholders* devem trabalhar juntos para assegurar essa proteção e fazer mudanças necessárias para o acesso de, especialmente, crianças, pessoas vulneráveis ou deficientes.

 Detalha os seguintes tópicos:

* práticas justas de negócio, marketing e publicidade, para as empresas;
* as empresas devem formular procedimentos e plataformas simples e inclusivos para que os consumidores e pessoas com deficiência sejam protegidas;
* a divulgação de informações clara, precisa, de fácil acesso, visível, com linguagem clara e fácil para que os consumidores tomem decisões informadas no ato da compra, dentre outros requisitos;
* Divulgação de informações sobre as empresas nas plataformas, tais como o nome legal etc. Isso para que os consumidores possam ter acesso a: i) identificação do negócio; ii) comunicação rápida, fácil e eficaz do consumidor com a empresa; iii) resolução apropriada e eficaz de quaisquer disputas que possam surgir; iv) atendimento de processos legais em disputas domésticas e transfronteiriças; e v) localização do negócio.
* informações sobre os produtos: i) Principais funcionalidades e recursos de interoperabilidade; ii) Principais requisitos, limitações ou condições técnicas ou contratuais que possam afetar a capacidade do consumidor de adquirir, acessar ou usar o bem ou serviço; iii) informações sobre segurança e cuidados de saúde; e iv) Quaisquer restrições de idade.
* Informações sobre as transações;
* processo de confirmação claro e inequívoco, com possibilidade de visuação do resumo do pedido e todas as suas condições;
* pagamento de forma segura, com mecanismos de fácil uso e com medidas de segurança compatíveis com os riscos relacionados
* acesso dos consumidores a mecanismos justos, de fácil utilização e transparentes de resolução de disputa, que sejam capazes de resolver conflitos no âmbito doméstico e transfronteiriço em tempo hábil e obter reparação, sem que haja encargos desnecessários;
* proteção da privacidade do consumidor, com coleta de dados de forma lícita, transparente e justa, gerenciamento dos riscos de segurança digital e medidas de segurança para reduzir ou mitigar os riscos do e-commerce.
* educar os consumidores, funcionários do governo e empresas quanto às práticas de e-commerce.
1. Implementação dos Princípios

Para a implementação dos Princípios, a recomendação prevê a cooperação entre governos e *stakeholders* para, de forma que estes devem melhorar a base de evidências para a formulação de políticas de comércio eletrônico através da coleta e análise de reclamações de consumidores, pesquisas e outros dados e de pesquisa empírica baseada nos *insights* obtidos com a informação e a economia comportamental.

Devem também rever as leis de proteção do consumidor no *e-commerce*, levando em consideração o princípio de neutralidade da rede. É necessário manter o poder das autoridades de implementação da proteção do consumidor para investigarem e tomarem medidas contra práticas ilegais e empresas envolvidas nessas práticas.

Além disso, é preciso incentivar o desenvolvimento de mecanismos de corregulação e autorregulação que ajudam a aumentar a confiança no comércio eletrônico, e da tecnologia como uma ferramenta para proteger e capacitar os consumidores. Por fim, deve facilitar a capacitação de consumidores para acessarem informações sobre e-commerce e sobre o registro de reclamações relacionadas a esse tipo de comércio.

1. Princípios Globais de Cooperação

No contexto global, os governos devem facilitar a comunicação, cooperação e o desenvolvimento e execução de iniciativas internacionais, e aprimorar a capacidade das autoridades de implementação de proteção do consumidor por meio de notificação, compartilhamento de informações, assistência investigativa e ações conjuntas.

O governo deve, portanto, (i) requerer que as empresas disponibilizem informações prontamente disponíveis sobre si mesmas, (i) melhorar a capacidade das autoridades de compartilhar informações sujeitas a salvaguardas apropriadas para informações comerciais confidenciais ou dados pessoais e (iii) simplificar a assistência e a cooperação, evitar a duplicação de esforços e envidar todos os esforços para resolver desacordos quanto à cooperação que possa surgir.

É necessário ainda fazer uso das redes internacionais e firmar acordos bilaterais ou multilaterais para garantir a cooperação entre países e acordos para o reconhecimento mútuo e execução de sentenças resultantes de disputas entre consumidores e empresas, e sentenças resultantes de ações policiais para combater condutas comerciais fraudulentas, enganosas ou injustas.

**OECD/LEGAL/0459 – 2020 RECOMMENDATION ON CONSUMER PRODUCT SAFETY**

Tema: Consolidação de todos os instrumentos legais sobre segurança de produtos de consumo

Link para acesso: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0459>.

A mais nova Recomendação da OCDE foi aprovada em 17 de julho de 2020, com adesão simultânea pelo Brasil como único país não-membro. Também é o instrumento legal mais abrangente por consolidar todas as Recomendações anteriores sobre segurança de produtos.

A Recomendação determina a adoção de medidas que assegurem que sejam colocados ne mercados produtos seguros, impedindo que empresas forneçam produtos inseguros ou que ofereçam riscos não-razoáveis aos consumidores, e que as empresas sejam responsáveis pela segurança de seus produtos ao longo de sua vida útil e tomem mediatas imediatas para corrigir e notificar casos de produtos inseguros colocados à disposição dos consumidores.

Seguem abaixo os principais tópicos tratados pela Recomendação para a proteção das segurança dos consumidores de produtos de consumo:

* existência de entidade governamental com autoridade para investigar e adotar medidas em relação a produtos perigosos, como retirada de circulação, recall, para divulgar ao público decisões relacionadas à segurança de produtos, para manter sistema de alertas quanto a produtos perigosos, para promover a cooperação entre entes governamentais e empresas a respeito do tema.
* Além disso, prevê especificamente o uso da tecnologia como ferramenta para promover a segurança de produtos.
* Outra seção da recomendação abrange a divulgação de informações, que compreende medidas variadas relacionadas a informação para consumidores: por exemplo, é recomendada a adoção de medidas para que as empresas informem adequadamente os consumidores e criem canais facilitados de contato para fornecer informações de maneira acessível aos consumidores.
* Prevê ainda a adoção de padrões de etiquetas a respeito de segurança de produtos e o fornecimento de informações quanto ao uso, manutenção e descarte dos produtos.
* Prevê especificamente, quando apropriado, a utilização de símbolos de segurança já utilizados internacionalmente.
* Abarca a avaliação e gestão de riscos por empresas e por entes governamentais. Os aderentes à recomendação devem encorajar empresas a tomar a segurança de produtos como fator decisivo para o desenvolvimento, controle de qualidade, produção e fornecimento de produtos para os consumidores, o que deve incluir o mapeamento e gestão de riscos ao consumidor, com previsão de como agirá a empresa em caso de produtos verificados como inseguros após a colocação no mercado.
* Em relação aos entes governamentais, estes devem adotar procedimentos sistemáticos para mapeamento de riscos para identificar riscos que exijam sua atuação, para entender os danos e riscos envolvidos, utilizando de abordagens de custo benefício e informações internacionais. Devem ainda divulgar as metodologias de avaliação de riscos para que os processos decisórios sejam transparentes e estejam disponíveis nacional e internacionalmente. Por fim, prevê também a adoção de programas para gestão de riscos, coleta de dados e análises a respeito de danos causados por produtos perigosos nacionalmente.
* A respeito de recalls e outras medidas corretivas, a recomendação prevê a adoção de medidas que forcem empresas: a emitir avisos, a retirar de circulação, a modificar ou reparar e devolver aos consumidores e prevenir seu uso; a comunicação efetiva aos consumidores a respeito de recalls, com a coordenação de entidades governamentais; a fornecer compensação eficaz a consumidores; implementar mecanismos que identifiquem e entrem em contato de imediato com consumidores afetados por recalls; a implementar mecanismos identificadores de produtos para rastreio.
* É recomendado ainda que o governo, entidades civis e empresas criem padrões para o planejamento, lançamento e condução de campanhas de recall; que todos os atores envolvidos sejam alertados sobre a existência de campanhas de recall e, por fim, que as empresas tenham sistemas e registros de controle de qualidade, acessíveis ao governo, quando necessário.
* A respeito da conscientização de consumidores quanto à segurança de produtos, a recomendação prevê que os aderentes trabalhem em conjunto com empresas e outros atores para fornecer informações aos consumidores, levando em conta suas vulnerabilidades quando aplicável, sobre como comprar produtos seguros.
* Por fim, há tópicos específico a respeito de cooperação internacional. Nesse sentido, a cooperação internacional é tida como essencial para que os governos possam adotar medidas necessárias em suas jurisdições a partir de informações relevantes de outras jurisdições. Os aderentes à recomendação, devem, portanto, desenvolver iniciativas de compartilhamento de informações, compreendendo legislação, medidas corretivas específicas adotadas, projetos de pesquisa e de análises de dados relativos a danos causados por produtos perigosos, práticas e metodologias de gestão de riscos e novos riscos relacionados a produtos. Os países devem ainda compatibilizar seus sistemas de segurança de produtos e os padrões de segurança, se possível, com o de outras jurisdições. Devem ainda: participar da elaboração de parâmetros internacionais, com a participação de empresas e outros atores; utilizar redes internacionais de alertas, como o *OECD Global Recalls*; e participar de iniciativas de conscientização global.